

21 de setembro de 2018

Principais Agregados das Administrações Públicas  
2017 – Dados provisórios

**Principais Agregados das Administrações Públicas**

O INE apresenta os dados dos Principais Agregados das Administrações Públicas (AP) relativos à estimativa provisória anual de 2017, enviados ao Eurostat no âmbito do programa de transmissão SEC 2010<sup>1</sup>.

De acordo com esta estimativa provisória, o setor das AP apresentou, em 2017, uma necessidade líquida de financiamento de 5 762 milhões de euros, correspondente a 3,0% do PIB. Este resultado inclui o impacto da operação de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos, no montante de 3 944 milhões de euros, que determinou um agravamento da necessidade líquida de financiamento das AP em 2,0% do PIB.

As contas do setor das AP apresentadas neste destaque são compiladas de acordo com os conceitos e definições do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais 2010 (SEC 2010). São ainda seguidas as orientações específicas do Manual do Défice e da Dívida das Administrações Públicas<sup>2</sup>.

Os dados apresentados são consistentes com a segunda notificação de 2018 relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos (PDE), também hoje divulgada.

O quadro 1 apresenta os valores provisórios dos principais agregados das AP para o ano de 2017, discriminados por subsetor:

**QUADRO 1 - PRINCIPAIS AGREGADOS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - DADOS PROVISÓRIOS**

ANO: 2017

Unidade: Milhões de euros

Código da operação	Designação da operação	Administrações Públicas	Administração Central	Administração Regional e Local	Fundos de Segurança Social
		S.13	S.1311	S.1313	S.1314
O TE	Despesa Total	88 872	66 991	11 382	23 630
O TR	Receita Total	83 110	58 499	11 868	25 875
B.9	Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (Saldo em Contas Nacionais)	-5 762	-8 493	486	2 244

Nota:

Para o total da despesa (OTE) e o total da receita (OTR), a soma dos subsetores não é igual ao valor do total do setor das AP, por efeitos de consolidação de algumas operações.

<sup>1</sup> Regulamento (UE) n.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, relativo ao sistema europeu de contas nacionais e regionais na União Europeia.

<sup>2</sup> Este documento está disponível em <http://ec.europa.eu/eurostat/en/web/products-manuals-and-guidelines/-/KS-GQ-16-001>

O setor institucional das AP registou uma necessidade líquida de financiamento de 5 762 milhões de euros em 2017, o que corresponde a 3,0% do PIB. Esta necessidade de financiamento teve origem no subsetor da Administração Central, uma vez que os subsetores da Administração Regional e Local e dos Fundos de Segurança Social apresentaram capacidade líquida de financiamento.

O quadro 2 apresenta as principais componentes da receita das Administrações Públicas, em que os dados relativos ao ano 2016 têm agora uma natureza final e os dados relativos a 2017 têm uma natureza provisória:

**QUADRO 2 - RECEITAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS**

*Unidade: Milhões de euros*

<b>Código da operação</b>	<b>Designação da operação</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
<b>OTR</b>	<b>Receita Total</b>	<b>79 890</b>	<b>83 110</b>
	<b>Receita Corrente</b>	<b>78 839</b>	<b>82 311</b>
	da qual		
D.2	Impostos sobre a produção e a importação	27 337	29 042
D.61	Contribuições Sociais	21 626	22 685
D.5	Impostos correntes sobre o rendimento, património, etc...	19 060	19 719
<b>D.9</b>	<b>Receita de Capital</b>	<b>1 051</b>	<b>798</b>

A receita total das AP aumentou 4,0% (cerca de 3,2 mil milhões de euros) em 2017 face a 2016, tendo como principal contributo a melhoria da receita corrente.

A receita corrente registou um aumento de 4,4% em 2017, impulsionada pelo aumento das suas componentes com maior peso relativo: os impostos sobre a produção e a importação cresceram 6,2%, de onde se destaca a evolução do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), as contribuições sociais aumentaram 4,9% e os impostos correntes sobre o rendimento e património aumentaram 3,5%.

A receita de capital apresentou uma diminuição de 24,0% devido à redução das outras transferências de capital (30,1%) e das ajudas ao investimento recebidas da União Europeia (19,8%).

Estas variações não provocaram alterações significativas em termos do peso relativo das receitas corrente e de capital no total da receita, nos anos em análise – a receita corrente representou, em 2017, 99,0% do total, mais 0,3 pontos percentuais (p.p.) que no ano anterior. O peso relativo dos impostos sobre a produção e a importação aumentou em 0,7 p.p. (de 34,2% para 34,9%), tendo o das contribuições sociais aumentado em 0,2 p.p. (de 27,1% para 27,3%). O peso relativo dos impostos correntes sobre o rendimento e património diminuiu 0,2 p.p., para 23,7% do total da receita das AP.

O quadro 3 apresenta os valores das principais componentes da despesa das AP para os anos de 2016 e 2017:

**QUADRO 3 - DESPESAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS**

*Unidade: Milhões de euros*

<b>Código da operação</b>	<b>Designação da operação</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
<b>OTE</b>	<b>Despesa Total</b>	<b>83 564</b>	<b>88 872</b>
	<b>Despesa Corrente</b>	<b>79 945</b>	<b>80 286</b>
	da qual		
D.1	Remunerações dos Empregados	20 897	21 299
D.62	Prestações Sociais, exceto Transferências Sociais em Espécie	31 754	32 159
D.41	Juros	7 800	7 437
<b>D.9+P.5+NP</b>	<b>Despesa de Capital</b>	<b>3 620</b>	<b>8 586</b>

A despesa total das AP registou um aumento de 6,4% entre 2016 e 2017. Para este aumento contribuiu principalmente o incremento de 137,2% da despesa de capital, que inclui o impacto da operação extraordinária de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos (CGD), no montante de 3 944 milhões de euros. Sem o impacto da referida recapitalização, o aumento da despesa total das AP teria sido de 1,6%.

A despesa de capital, líquida da referida operação extraordinária, apresentou uma variação positiva de 28,2%, impulsionada pelo aumento de 24,9% (em cerca de 716 milhões de euros) do investimento (formação bruta de capital).

A despesa corrente apresentou um aumento de 0,4% entre 2016 e 2017. Esta variação foi resultado do efeito combinado do aumento das remunerações dos empregados e das prestações sociais, exceto transferências sociais em espécie, em 1,9% e 1,3%, respetivamente, em virtude da conclusão do processo de reversão das reduções remuneratórias, e de uma diminuição de 4,7% nos encargos com juros (no montante de 364 milhões de euros).

Estas variações, incluindo a despesa associada à operação de recapitalização da CGD, levaram a uma diminuição do peso relativo da despesa corrente no total da despesa das AP, de 95,7% em 2016, para 90,3% em 2017, determinado pela diminuição do peso relativo de todas as suas componentes – os pesos relativos das prestações sociais e das remunerações diminuíram 1,8 p.p. e 1,0 p.p., respetivamente, tendo os encargos com juros passado a representar 8,4% da despesa total, em 2017, face a 9,3% em 2016. A despesa de capital, que em 2016 apresentou um peso relativo de 4,3% no total da despesa, representou 9,7% desse total em 2017.

O quadro 4 apresenta os saldos das AP para os anos de 2016 e 2017:

**QUADRO 4 - SALDOS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS**

*Unidade: Milhões de euros*

<b>Código da operação</b>	<b>Designação da operação</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
<b>B.9</b>	<b>Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (Saldo em Contas Nacionais)</b>	<b>-3 674</b>	<b>-5 762</b>
	Saldo Corrente	-1 106	2 025
B.9 - D.41	Saldo Primário	4 126	1 674

A necessidade líquida de financiamento do setor das AP aumentou 2 088 milhões de euros entre 2016 e 2017, fixando-se em 5 762 milhões de euros em 2017 (3,0% do PIB, face a 2,0% do PIB em 2016), em resultado dos aumentos na despesa total (em 6,4%) e na receita total (em 4,0%)<sup>3</sup>.

No que diz respeito ao saldo primário, que corresponde ao saldo global líquido do pagamento de juros, verificou-se, em 2017, uma diminuição de 2 452 milhões de euros face ao ano anterior, apresentando um saldo positivo no montante de 1 674 milhões de euros.

## Revisões

Relativamente aos valores apresentados em março, os dados de 2016 apresentam agora uma natureza final, com a incorporação de informação também final referente a todas as entidades das Administrações Públicas.

Os dados respeitantes a 2017 apresentam ainda uma natureza provisória. As revisões efetuadas relativamente à versão inicial de 2017 refletem não apenas a incorporação de dados revistos da Administração Local, do Serviço Nacional de Saúde e da Informação Empresarial Simplificada (IES), mas também o uso de informação adicional baseada na especialização do exercício (*accrual*), ao invés de informação baseada em fluxos de caixa, para um conjunto mais vasto de entidades.

Assim, comparativamente com a publicação efetuada em março, a necessidade líquida de financiamento do setor das AP agravou-se nos dois anos em análise: cerca de 9 milhões de euros em 2016 e cerca de 53 milhões de euros em 2017.

<sup>3</sup> Considerando duas casas decimais, o défice das AP correspondeu a 2,96% do PIB em 2017 e o impacto da recapitalização da CGD a 2,03% do PIB.